

Ata da Assembleia Geral Ordinária- Dia: 4 de fevereiro de 2016 Início: 8h54 em segunda chamada. Local: **SEPACOM – Casa de Participação Comunitária, sita à Av. Rei Alberto I, nº119 – Ponta da Praia – Santos – SP.**

PARTICIPANTES: Verificação conforme lista de presença anexa. Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Ana Lúcia Rezende e Luana Li Yi NG, por motivo de férias.

Iniciada a reunião o Presidente Carlos Mota cumprimenta aos presentes e pede desculpa pelo atraso para início desta AGO em função da ausência, no horário estabelecido, dos três primeiros apresentadores. Coloca em pauta o **item 1** – Apreciação e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária de janeiro: A ata foi aprovada com as correções e ajustes apontados na AGO. **Item 2 – Relatos da Comissão Infante Juvenil:** A adolescente Mylena Portela, membro da Comissão, representante da Zona Noroeste fala que tem 17 anos e encontra-se desempregada no momento pois não foi reaproveitada pela empresa na qual estava trabalhando na condição de aprendiz. Informa que houve reunião para tratar da recomposição da Comissão, bem como sobre a reunião no Caruara. Pergunta ao presidente se haverá AGO itinerante naquela localidade ao que o mesmo respondeu que será agendada para o mês de março ou abril. A sra. Flávia Lima, Assistente Social que acompanha a Comissão informa que quando foram ao Caruara houve várias reflexões das demandas dos jovens e até a AGO itinerante terão um trabalho pronto dos jovens para apresentar ao Conselho. A colaboradora Luci Freitas fala da importância da Comissão e que a escola deve saber o papel deles. Devem deixar as propostas para trazer ao CMDCA. Mylena faz uma reflexão sobre a questão do alistamento militar o qual ocasiona transtornos na vida profissional do jovem rapaz pois até obter a liberação, que demora em média seis meses, o jovem fica sem emprego. As empresas não contratam sem a carteira de reservista. Finaliza que essa situação não é boa para o adolescente e nem para a empresa. Indaga qual a norma do Exército para que o processo decorra por tanto tempo. Fala ainda que está há dois meses desempregada e assim como ela muitos outros jovens ficam nessa mesma situação. O CIEE – Centro de Integração Empresa Escola busca ajudar mas não há vagas suficientes para toda a demanda. Pergunta se houve resposta do Ministério Público do Trabalho sobre a questão debatida na assembleia anterior no que se refere a questão do Primeiro Emprego, se as empresas estão cumprindo o percentual de empregos aos jovens. Exemplifica sua condição, que obteve a bolsa de 50% do Pro Uni mas lamenta que se não conseguir trabalho não será possível pagar a universidade. Luci Freitas expõe que se a empresa é obrigada a fazer tal coisa e não faz temos que cobrar. O presidente Carlos Mota pergunta ao Sr. Paulo Paim, representante do Gabinete do Prefeito se houve resposta do Ministério Público do Trabalho quanto ao agendamento da reunião com o referido Ministério Público. Sr. Paulo responde que até o momento não informaram a data. A conselheira Rose Mary Martinho da Secretaria de Educação esclarece à jovem Mylena acerca dos critérios adotados pelas Forças Armadas no processo de alistamento militar, até a sua definitiva liberação, complementando que há um período de seleção para depois ter a dispensa. Flávia Lima reforça que a lei do alistamento é antiga e é necessário se fazer uma reflexão pois isso vem prejudicando os adolescentes. Marly Carvalho, representante da ONG Concidadania reforça que essa temática do emprego aos jovens vem sendo trazida pelos adolescentes desde junho do

ano passado. A lei que tinha referência era de 2003 e amarrava vantagens para as empresas. Em 2008, com o advento do Pro Jovem foi revogada a legislação anterior. Tem o Pro Jovem Adolescente, Urbano, Trabalhador. Questiona como está o Pro Jovem Urbano em Santos e reforça que é necessário envolver as organizações que estão relacionadas com a execução da Lei. Entende a necessidade de uma conversa juntamente com o Ministério do Trabalho para saber porque o Pro Jovem adolescente passou a ser serviço de convivência. A Sra. Magali Freitas, Chefe do Departamento Proteção Social Básica fala que o Pro Jovem Trabalhador não tem recorte de renda. Marly Carvalho no que se refere a recomposição da Comissão, informa que a reunião agendada para janeiro ocorreu e contou com a participação da Diretoria de Ensino na pessoa do Sr. Paulo, o qual sugeriu reunião com o Diretor Regional de Ensino, Sr. João Bosco. Ressalta que a Comissão é uma experiência piloto e a escola é importante para fortalecimento do protagonismo infanto juvenil. O Estado reconhece a lei mas os grêmios não estão funcionando de forma adequada. Forneceram cópia do Plano de Trabalho para 2016 e o mesmo encontra-se disponível no sítio eletrônico do Estado www.desantos.educacao.sp.gov.br Durante a reunião o Sr. João Bosco esboçou que considera importante a Comissão Infanto Juvenil. Marly diz que ainda não tem a forma de como implementar. A Sra. Regina Helena Burgos, representante do CIEE - Centro Integrado Empresa Escola informa que foi decidido a acolhida pelos diretores das escolas, ou seja, maior abertura por parte dos diretores, é uma reflexão acerca do que estão fazendo o planejamento durante o ano letivo junto aos pais e alunos. Vão começar a fazer um planejamento conjunto. Marly relata que o Sr. João Bosco se colocou à disposição para vir a este Conselho apresentar uma síntese. Reflete que devemos pensar numa Resolução Normativa para que a cada dois anos haja uma alteração da Comissão, no mesmo período de mandato deste CMDCA. O presidente Carlos Mota entende que o mesmo grupo que já vem coordenando e orientando a Comissão pode pensar na questão e trazer ao colegiado. Mylena questiona se há algum tipo de preconceito da sociedade contra o jovem pois no seu entendimento deveria ter representação dos jovens dentro do Ministério do Trabalho ou conselho que delibera a Política de Emprego, Trabalho, Renda e Empreendedorismo. Luci Freitas informa que a Câmara Municipal aprovou três requerimentos para que as escolas deixem o Regimento Interno em local visível para consulta da comunidade escolar e diz ainda que membros do Parlamento Jovem podem compor a Comissão Infanto Juvenil. O presidente propõe se que envie o convite da próxima reunião por e-mail e reforce junto às demais secretarias. A reunião ficou agendada para 25 de fevereiro às 14h30 nesta SEPACOM, devendo ser publicada no Diário Oficial de 17 de fevereiro com a pauta "Discussão da Formalização da Comissão Infanto Juvenil". A conselheira Rose Mary Martinho da Secretaria de Educação justifica antecipadamente sua ausência na referida reunião uma vez que já tem consulta médica agendada. **Item 3- Apresentação do "Projeto Justiça Restaurativa"**: A sra. Monica Mumme, consultora contratada pelo município para implementar o projeto em Santos informa que a Justiça Restaurativa tem apenas 10 anos no Brasil e a mesma traz como escopo um trabalho interinstitucional para resolver conflitos de violência. Em Santos iniciou há aproximadamente um ano e meio e envolve secretarias municipais e pessoas para uma política de convivência. A

11
12
13
14
98 sensação que ela tem quando se fala de jovem e de violência se fala no jovem
99 como ator principal dessa violência e considera isso muito grave. O jovem não é o
100 ator principal da violência, ele é vítima da situação. O projeto conta com um Grupo
101 Gestor que tem um caráter de co-responsabilidade, ou seja, pensar junto na
102 implementação das ações. Essa comissão se reúne mensalmente. No primeiro ano
103 desenvolveu a formação dos capacitadores que devem pensar os aspectos
104 subjetivos, teóricos e práticos sob a perspectiva de nova convivência e a
105 capacitação dos multiplicadores. O projeto encerra em agosto de 2016. Este ano,
106 de acordo com os resultados que foram acontecendo houve uma mudança no
107 projeto e outros grupos precisavam receber formação. Um dos grupos foram os
108 jovens representantes dos grêmios estudantis para que eles mesmo façam essas
109 ações nas escolas. É necessário conversar com o jovem para entender o que ele
110 vê como violência. Em resumo, a Justiça Restaurativa é um poder compartilhado,
111 com formação dos jovens e formação dos coordenadores de pais, com o objetivo
112 de resgatar o valor de uma convivência justa e com isso se mexe em fluxos o que
113 significa interagir o tempo todo. Precisa existir uma Comissão Permanente. O
114 projeto não pode ser determinado por ela, que é consultora, mas por todos que
115 compõe essa ação intersetorial, por meio do diálogo. Mônica entende que é a única
116 forma de implementar Política Pública transformadora. O que existe de concreto é
117 que as instituições participantes dos círculos de construção de pais estão
118 observando as mudanças. Os inspetores participantes do projeto estão fazendo
119 um movimento para que as pessoas façam os círculos restaurativos. Houve
120 reunião recentemente com o Dirigente de Ensino do Estado para entender como os
121 jovens em cumprimento de medidas podem ser contemplados. As situações de
122 conflito são resolvidas por meio desses círculos e os jovens estão sendo ouvidos. A
123 sensação que tem é que quando se dá a voz ao jovem, se começa a desconstruir a
124 teia complexa da violência e realmente aposta nesse caminho. O que o município
125 tem de bom é o diálogo intersetorial. Dra. Adriana Jandelli, colaboradora e
126 representante da Associação LEDA lembra que o projeto surgiu como política
127 pública estabelecida neste Conselho e por meio de um investimento alto de muita
128 energia.. Demonstra sua insatisfação pois acreditava se tratar de uma
129 apresentação da Política Pública que vem sendo implementada na cidade com os
130 indicadores do projeto, um relatório da atividade exercida e demonstra-se
131 decepcionada em relação a fala da Sra. Mônica quando a mesma se referiu a
132 “sensação da caminhada” e esperava algo mais técnico quanto aos “resultados”
133 pois o projeto termina daqui a seis meses. Expõe que tem algumas dúvidas e
134 questiona qual o critério de escolha para os participantes da formação, quem
135 indicou, quem ingressou. Monica responde que veio trazer elementos do projeto
136 para uma conversa e diz que no projeto original prevê a elaboração da cartilha do
137 primeiro ano onde consta a metodologia, pessoas envolvidas, quais os critérios, ou
138 seja, todas as informações estão registradas na Cartilha que foi distribuída no
139 Seminário da Justiça Restaurativa e encontra-se disponível no site da SEDUC-
140 Secretaria de Educação para consulta. Esclarece que é uma pessoa que
141 realmente fala de “sensações” pois não pode falar do que as outras pessoas
142 percebem. O projeto foi aprovado pelo Poder Público e não consta que tenha que
143 apresentar um relatório ao CMDCA, mas caso tivesse sido avisada poderia ter
144 trazido. Ao final do projeto haverá outra cartilha dos dois anos bem como uma
145 pesquisa que está sendo realizada pela UNISANTOS- Universidade Católica de
146 Santos, acerca de como o projeto foi desenvolvido no município. O CMDCA está
147 representado na Comissão Gestora pelo Sr. Edmir Nascimento. Dra. Adriana

esclarece que estes questionamentos vieram por meio de relato da parte do Sr. Edmir e da análise da Cartilha. Dra. Adriana Jandelli indaga o critério de escolha dos facilitadores ao que a Sra. Mônica informa que foi acordado entre as secretarias que as mesmas indicariam os participantes. Também houve uma reflexão que deveriam ser servidores efetivos e com cinco anos antes de aposentadoria, ou seja, que tivessem condições de disseminar a metodologia. Dra. Adriana fala que tem um grupo formado que faz os círculos e questiona se esses círculos fazem interlocução com a Vara da Infância. A Sra. Mônica entende que face aos questionamentos vê uma necessidade de ampliar o diálogo mais cooperativo e pede que se veja a proposta do Laboratório de Convivência. Reforça que a contratação de seus serviços para o projeto não é uma proposta de consolidar Política Pública. Ela tem o compromisso de dar satisfação à SECID- Secretaria de Defesa da Cidadania e à SEDUC- Secretaria de Educação dos resultados do projeto e não de materializar uma Política Pública e acrescenta que seria uma negligência de sua parte querer fazer mudança em Política Pública. Não está escrito no projeto que trabalharia com a Secretaria de Estado da Educação. Se compromete a enviar o projeto aprovado e o que foi construído pela Comissão Gestora da Justiça Restaurativa bem como se coloca à disposição para retornar ao Conselho trazendo os relatórios, apesar de considerá-los “frios”. Informa que em todas as reuniões de Gestão o Sr. Edmir estava presente. A sra. Liliane de Rezende, Coordenadora da Justiça Restaurativa na SEDUC agradece à Dra. Adriana Jandelli pela indicação da profissional Mônica Mumme para a realização desse trabalho importante para a cidade e para as pessoas. Complementa a fala da Mônica em que houve algumas desistências de profissionais. Acrescenta que tem uma fila de pessoas querendo participar contudo não há vagas. Entende que devemos cada vez mais unirmos forças para melhorar a convivência. Relata o testemunho de uma professora de nome Maria Alice de que a “Justiça Restaurativa é um poder de transformação das pessoas.” Mônica Mumme reforça que o projeto está aberto para quem quiser participar. Taís Aguiar fala que ainda está distante pois falta a participação do Estado. Mônica observa a necessidade de apresentar o projeto a este CMDCA pois o foco é para as secretarias municipais. Poderiam ter ficado presos nas escolas, mas o trabalho intersetorial é mais importante. Houve uma conversa com o Sr. Wellington Paulo Silva Araújo, Coordenador de Juventude de Santos para que se possa fazer articulação junto a Diretoria de Ensino no intuito de o Estado incorporar essa metodologia. Mônica esclarece que teve reunião para discutir a questão dos adolescentes em cumprimento de medidas mas não é uma ação dos gestores e sim de alguns diretores envolvidos. Liliane disse que poderia ter uma reunião entre a Mônica e o João Bosco para que o Estado possa aderir a essa Política. O Sr. Gian Karlo, conselheiro tutelar da Zona Noroeste, que também é professor diz que via com certo ceticismo a Justiça Restaurativa mas observou dentro das escolas as rodas de conversa e pode comprovar que o projeto é um diferencial. Também entende que os conselheiros tutelares estão mais preparados haja vista a participação na formação. Luci Freitas solicita que se registre suas considerações como segue: que se envie a este conselho material com a história (memória) do processo de criação e andamento da Justiça Restaurativa e faça constar no Portal dos Conselhos; que haja interação com os centros acadêmicos, grêmios, escolas particulares e conselhos de classe; reflexão sobre uma ouvidoria da Justiça Restaurativa como canal de diálogo e fazer uma interlocução com a Promotoria Comunitária. Flávia Lima, Assistente Social diz que participou do curso de formação e que a violência, de fato, está muito presente, devendo ser

trabalhada dia a dia e todos devem se envolver. Dra. Adriana Jandelli esclarece que quando solicitou em setembro de 2015 a reunião, a preocupação era quanto a fiscalização do projeto pelo CMDCA no que se refere a execução e adequada utilização do recurso, bem como quanto a projeção do assunto enquanto Política Pública no tempo e no espaço pois caso contrário essa formação vai se perder. Propõe que a SEDUC – Secretaria de Educação, enquanto executora do projeto, faça um apontamento contendo os locais onde está dando certo, quem vai substituir os profissionais atuais, para que haja tempo necessário de substituições e preparação sem prejudicar a continuidade do projeto e se não começar agora não vai dar tempo. O presidente Carlos Mota informa que há um grupo gestor composto pelas secretarias signatárias (SEDUC- Secretaria de Educação, SECID- Secretaria de Defesa da Cidadania, SESEG – Secretaria de Segurança, SEAS- Secretaria de Assistência Social) e mais representantes do Poder Judiciário e da UNISANTOS – Universidade Católica de Santos. Entende que as mudanças que estão ocorrendo no dia a dia já é a construção da Política Pública. Complementa que não estava prevista a pesquisa no projeto inicial e isso é uma conquista. Em relação à continuidade já vem se pensando desde o início. A Sra. Mônica Mumme diz que é necessário construir um diálogo mais propositivo pois teve a sensação de questionamentos duvidosos sobre o desenvolvimento do projeto e entende que, se isto está ocorrendo, precisa ser resolvido e melhorar a comunicação. O Sr. Edmir Nascimento, representante da UACEP - União de Amparo à Comunidade de Escolas Públicas fala que na reunião do Grupo Gestor se pensou que essa política pública deve ter um interlocutor, que no passado era o DEARTI que fazia a interlocução das políticas. Por fim, o presidente agradece a presença da Sra. Mônica. **A sra. Liliane de Rezende, da Secretaria de Educação se encarrega de trazer um relatório e proposta da continuidade do projeto, atendendo a solicitação da Dra. Adriana Jandelli.** Acrescenta que não houve negativa de nenhum formador. **Ítem 4 - Apresentação sobre o “Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Campanha Destinação Criança”** - O Sr. Paulo Paim, representante do Gabinete do Prefeito e responsável pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente faz a apresentação dos recursos destinados ao Fundo no exercício de 2015. O documento faz parte integrante desta ATA. Complementa que a arrecadação caiu 70% em 2015 tanto de empresas quanto de pessoa física. A parte da Receita Federal quase dobrou o que, de certa forma, compensou a baixa destinação. Em 2013 foi aproximadamente R\$50.000,00, em 2014 R\$189.000,00 e em 2015 R\$ 331.000,00. Parece difícil manter a estimativa anual de aproximadamente 700 mil reais de arrecadação mas a Receita Federal mostra o quanto cada cidadão pode doar por meio da declaração do Imposto de Renda . Demonstra como pode ser feita a destinação até o momento de gerar o DARF – Documento de Arrecadação da Receita Federal. A Sra. Rose, representante da SEDUC pergunta sobre a declaração simplificada e fala que o número de funcionários públicos que fazem a declaração completa é pequena e que deve haver um incentivo para quem faz a simplificada. O Sr. Paulo Paim explica que a Receita não oferece essa opção. Sr. Antonio Peres, representante da SEMES – Secretaria de Esportes fala que efetua depósito direto ao Fundo e sua declaração é simplificada, sendo no entanto considerado apenas como doação. A Sra. Rose Mary Martinho, representante da SEDUC sugeriu que as pessoas doem mediante o boleto do IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano. Sr. Paulo Paim informa que as contribuições via carnê do IPTU caíram de 66 mil para 43 mil/ano. A Receita Federal apresenta um potencial

de 30 milhões para a Baixada Santista. O Sr. Robson Felix, técnico de contabilidade do Fundo presta informações sobre o “site” do CMDCA. Paulo Paim elaborou planilha de quanto foi pago em 2014 e em 2015 e fez uma análise que existe sempre quase 2 (dois) milhões de reais em convênios assinados. Carlos Mota complementa que no final de fevereiro serão aprovados os projetos e provavelmente no mês de junho iniciam a execução. Robson informa que o site teve uma boa atualização e que traz a possibilidade de gerar o boleto automaticamente e faz toda a contabilização no período de março a dezembro pois de janeiro a março só mediante declaração. Apresentou o funcionário Cesar Zangrande, do DEARTI, o qual tem a formação em jornalismo e estará apoiando na alimentação do site do conselho. **Item 5- Apresentação sobre “Fortalecimento de Vínculos” pela Secretaria Municipal de Assistência Social** – haja vista o horário avançado para a discussão desta relevante pauta a assembleia deliberou para a próxima AGO. Magali Freitas sugere que a convocação venha com a seguinte pauta: “Apresentação sobre “Serviço de Convivência no contexto do SUAS – Proteção Social Básica” **Item 6- Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões: CEVISS- Comissão de Enfrentamento a Violência Sexual Infante Juvenil** – Maria Cristina Oliveira, representante da CODESP informa que não houve reunião e a Sra. Coemara Hori, Coordenadora da Proteção Social Alta Coomplexidade informa que farão apresentação na Comissão de Monitoramento em 25/02 às 8h30 e a próxima reunião da Comissão será dia 11/02. **Comissão de Mediação do Conselho Tutelar** – Os conselheiros Daniel Lemos, representante do Gabinete do Prefeito e Edmir Nascimento, representante da UACEP informaram que acompanharam a reunião dos conselheiros e tem uma demanda sobre a FICAI e outra sobre a SEAS. Ficaram algumas lacunas sobre a busca ativa e a FICAI fica incompleta, é uma demanda do mandato passado. A Sra. Rose, representante da SEDUC sugere que a gestão do problema se dê de uma forma diferente. Quando falam que “não mandaram resposta” definir quem não mandou ou quais conselheiros não responderam. É necessário não generalizar as ações. Melhor resolver a questão direto com o conselheiro. Que haja reunião com os conselheiros de cada território com as escolas e se trate as questões e dificuldades diretamente, o que irá minimizar o problema e aprimorar o diálogo. No caso da SEAS- Secretaria de Assistência Social, o presidente Carlos Mota conversou com a Secretária e Chefe de Departamento e ficou definido um diálogo direto entre conselheiros e gestor. A conselheira Elen Miranda estava na reunião e foi distorcido o que foi falado. Querem realmente uma parceria com a SEDUC – Secretaria de Educação e não existe problema de diálogo com a FICAI do município mas sim com a do Estado. Os conselheiros tutelares querem falar com o João Bosco, Diretor Regional de Ensino sobre o problema. Edmir diz que vão encaminhar dessa forma que a Rose propôs, ou seja, uma reunião sistemática entre o Conselho Tutelar e a SEDUC. Carlos Mota propõe que se faça um calendário das reuniões com as bases e também enviará o calendário da SEAS. Antonio Peres, representante da SEMES informa que a Sra. Ana Beatriz irá fazer contato e tomar conhecimento das demandas dos conselheiros bem como o fluxo de encaminhamento para não ficar nada parado do que for requisitado pelo Conselho. O conselheiro tutelar Mario Ferreira da Zona Noroeste fala que este colegiado está bem unido e tendo um bom diálogo com as secretarias. Edmir informa que houve um acordo com os conselheiros que irão tabular os dados do SIPIA até 15/07 e enviarão ao DEARTI para padronizar. Elen Miranda esclarece que o do semestre passado, já houve entendimentos com o Sr. Ed Carlos,

funcionário do DEARTI – Departamento de Articulação e o mesmo está tabulando e trará ao CMDCA. Edmir fala que em relação aos atendimentos por meio do telefone 0800 (abordagem) haverá uma reunião entre SEAS e SESEG – Secretaria de Segurança. A próxima reunião dos conselheiros será no Conselho Tutelar da Zona Noroeste. Luci Freitas fala sobre a frequência dos conselheiros tutelares nos respectivos conselhos. O Conselheiro Mário Ferreira da Zona Noroeste informa que os funcionários administrativos tem conhecimento onde os conselheiros estão e sempre tem dois na base. **Item 7 - Recomposição das Câmaras Setoriais do CMDCA:** O Sr. Wilson informa que tem instituição que não indicou o representante. No que se refere a recomposição das Câmaras, considerado os Conselheiros presentes a composição ficou como segue: Câmara de Planejamento e Projetos: Rejane Oliveira, Magali Freitas, Rose Mary Martinho, Regina Braghetta, Ana Lucia Rezende, Ana Márcia Gerônimo, Fernanda Braga, Regina Helena Burgos, Marly Carvalho, Maria Cristina de Oliveira, Fernanda de Souza, Donald Verônico e Viviane Costa; Câmara Financeira: Viviane Costa, Donald Verônico, Maria Cristina de Oliveira, Fernanda de Souza, Daniella Stazack, Leandro Amorim; Paulo Paim; Câmara de Relações Públicas: Antonio de Jesus, Luana NG, Denise Pires; Câmara de Legislação: Antonio de Jesus e Helenice Alves. Em relação a Câmara de Legislação Dra. Adriana Jandelli diz que a Casa precisa ter um advogado. **Item 8 - Relatos da Diretoria Executiva:** Helenice informa que trataram sobre a substituição do Sr. Célio, representante da Nurex que pediu desligamento do conselho por questões de trabalho; ofícios da Diretoria de Ensino; ciência do memorando Dearti sobre entrega do espaço reformado do Conselho Tutelar da Zona Noroeste; ciência em processo da Câmara sobre insalubridade e falta de Recursos Humanos na Fundação Casa e ciência de ofício do Dr. Carlos Carmelo, Promotor da Infância e Juventude de Santos quanto sua impossibilidade de comparecimento na solenidade de posse dos conselheiros tutelares no dia 11 de janeiro. **Item 9 - Relatos das Câmaras Setoriais- Câmara de Legislação:** não houve reunião. **Câmara de Relações Públicas:** Luci fala sobre o site do CMDCA e atualização das informações no Portal dos Conselhos. Denise propõe ao Sr. Robson e Sr. Cesar, funcionários do DEARTI participarem das reuniões da Câmara. Luci Freitas informa que na edição especial do Diário Oficial, alusiva aos 470 anos do município, não houve nada publicado quanto ao Destinação Criança e propõe que meia página do exemplar seja destinado aos conselhos e comissões. **Câmara de Planejamento:** A conselheira Rose, representante da SEDUC informa que houve reunião dia 21 de janeiro na qual os projetos foram lidos e discutidos com a avaliação e pontuação. Foram enviados ofícios para quem precisava fazer adequações dando-se o prazo de 5 (cinco) dias e haverá uma AGE- Assembleia Extraordinária em fevereiro para deliberar. **Câmara Financeira:** Paulo Paim, representante do Gabinete do Prefeito informa que a Câmara não se reuniu isoladamente mas participou da avaliação dos projetos juntamente com a Câmara de Planejamento. **Item 10 - Assuntos Gerais-** A conselheira Rose, representante da SEDUC solicita que o Conselho não envie ofício às secretarias cujos participantes estão vindo, mas somente às que não estão comparecendo. Propõe que os conselheiros atentem à conservação da Casa no que se refere a limpeza e sanitários em consideração às funcionárias da limpeza. Informa que o calendário escolar 2016 será publicado contendo inclusive dicas para a família. A Sra. Daniela Stazack de Araújo, representante do Conselho Regional de Psicologia divulga o evento alusivo aos 25 anos do ECA, que será realizado dia 23/2 às 19h, na UNISANTOS- Universidade Católica de Santos. Se

comprometeu a enviar os folhetos para a divulgação. O evento trará como reflexão o trabalho infantil e terá como palestrante Dra. Isabel Calil, a participação da adolescente Mylena Portela, da Comissão Infanto Juvenil e da Sra. Rejane da Fonseca Oliveira, representante da SEAS e da CM-PETI- Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e uma representante do “Amigos da Criança”, de São Paulo. Fala ainda sobre o esvaziamento no final da AGO onde temas importantes são tratados. Edmir Nascimento agradece pela realização no sábado passado por meio do Camará e promoveu a participação no Eureka em Santos. O Sr. Wilson informa que recebeu via telefone da Casa uma reclamação acerca da inexistência de pediatra na UBS Vila Mathias e que agora seria clínico geral atendendo nas UPA's. Helenice informa que foi criada a Seção de Políticas da Infância e Juventude pelo Decreto nº 7333/2016, vinculada à Coordenadoria da Juventude, da SECID, bem como a Central de Libras. Luci Freitas fala sobre uma matéria no Diário Oficial desta data contendo foto de pessoas sentadas sem colete numa escuna e questiona onde estão os cuidados com a prevenção. Esclarece que fará contato com o Sr. Renato Nascimento, Chefe de Departamento de Reportagem para que observem essas questões na publicação das matérias. O Sr. Donald Verônico informa que a Fundação Settaport irá realizar o 3º Seminário sobre o Marco Regulatório, no dia 18/03 a partir das 8h, na Unimonte. Enviará os convites por e-mail aos conselheiros para que possam se inscrever. Denise Pires, representante da SECOR- Secretaria de Comunicação e Resultados informa que está fazendo o curso de Libras oferecido pela municipalidade, e em contato com a Congregação Santista de Surdos questionaram como a entidade poderia fazer parceria para o projeto de estimulação precoce. Foi respondido que a entidade poderia ter apresentado o projeto de acordo com o Edital 01/2015 do CMDCA para concorrer a recursos do Fundo para implementá-lo. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a assembleia às 12h40. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª. secretária lavrei a presente ata.

Santos, 4 de fevereiro de 2015.

377

378

379

380

381

382

383

CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA
Presidente

HELENICE FONTES ALVES
1ª Secretária